



NITERÓI/RJ

Vereador de Maricá sugere acabar com contrato e deixar vigilantes sem emprego



Foto: Divulgação

Durante a sessão na Câmara de Vereadores desta segunda (27), o vereador Ricardinho Netuno (REP) disparou contra 180 vigilantes que prestam serviços para a Prefeitura de Maricá. Enquanto falava na tribuna da casa, o parlamentar sugeriu acabar com o contrato de serviço de vigilância privada na cidade, deixando pais e mães de família desempregados.

Vale lembrar que, recentemente, os vigilantes da cidade chegaram a paralisar as atividades por conta dos salários e benefícios atrasados por conta do descaso da atual prestadora de serviço, a Golden Rio.

“Cancelar o contrato é colocar no olho da rua 180 pais e mães de família que já estão sofrendo sem salário, sem tíquete alimentação, sem passagem, deixando esses trabalhadores na rua da amargura”, acredita o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá (SVNIT), Cláudio Vigilante.

Enquanto o vereador, que se diz ‘defensor do povo’, sugere a demissão dos trabalhadores, o SVNIT vem atuando para ajudar os vigilantes.

A diretoria do sindicato participou do pregão que aconteceu para a contratação de uma nova empresa. “O processo de licitação ainda não foi concluído, o que deve acontecer em até 10 dias. Estamos buscando garantir que todos os trabalhadores possam seguir na nova empresa – até os que foram demitidos injustamente pela Golden Rio”, disse Cláudio.

“Quanto aos trabalhadores que estão com a reciclagem vencida, estamos buscando viabilizar que a Golden Rio pague pelo processo para que os companheiros não sejam prejudicados”, completou o presidente do sindicato.

Cláudio Vigilante criticou a fala do vereador, que mostra estar contra a classe trabalhadora ao criticar uma categoria que, durante a pandemia de Covid-19, foi considerada essencial pelo líder que ele segue, Jair Bolsonaro. “O ex-presidente e seus seguidores sempre foram contra o povo e contra o trabalhador”, lembrou o sindicalista.

“Somos contra o cancelamento do contrato e a extinção desses postos de trabalho. Isso é dar um tiro na cabeça desses trabalhadores. Queremos, sim, que a homologação da nova empresa aconteça assim que possível para que os vigilantes possam ser respeitados”, concluiu o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá (SVNIT).

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

Reforma tributária: saiba qual é a proposta defendida pelo campo progressista

GT abre trabalhos na Câmara sob pressão por proposta de caráter solidário; Anfip e outros grupos defendem emenda de 2019



Cristiane Sampaio
Brasil de Fato | Brasília (DF)

**Coordenador de GT da reforma tributária na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG) - Paulo Sergio/
Câmara dos DeputadosF**

Com a volta dos parlamentares a Brasília (DF) após o recesso de carnaval, o grupo de trabalho (GT) responsável por discutir a reforma tributária se reúne na tarde desta terça-feira (28), na Câmara dos Deputados, para receber sugestões dos parlamentares a respeito do plano de trabalho do relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). A ideia é que o roteiro seja publicamente apresentado na quarta-feira (1).

“É preciso ter um acerto, um alinhamento, para a gente construir um plano de trabalho que possa estar alinhado [entre] o parlamento,

a Câmara e o Senado, mas também o governo federal, o Ministério da Fazenda e a própria política do governo Lula [diante] desse calendário”, afirmou o coordenador do GT, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), na segunda (27), mesma data em que se reuniu com o secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, junto com outros parlamentares.

As discussões sobre o plano a ser seguido pelo grupo iniciam a disputa da principal pauta nos próximos meses no Congresso Nacional. Eleita pelo governo Lula como a principal medida da gestão a ser aprovada em 2023 no

Legislativo, a proposta de reforma que será futuramente votada pelos parlamentares.

O GT irá se debruçar sobre o conteúdo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, que tramita atualmente na Câmara, mas também deverá pescar sugestões vindas de outros textos. É o caso da PEC 110, que tramita no Senado. Pela natureza da pauta, a matéria é uma das que mais são alvo de lobby de diferentes setores, afinal, a dinâmica da incidência de impostos no país envolve municípios, estados e União, além de mobilizar especialistas e sociedade civil organizada.

“Pressão sempre terá. Faz parte. O que queremos é reforma para todo Brasil”, disse Aguinaldo Ribeiro na segunda (27), ao tentar despistar as investidas dos diferentes grupos que operam na órbita do GT para disputar ideias e espaço em meio ao jogo legislativo.

Emenda

Em meio às inúmeras sugestões que pipocam no cenário da pauta, uma medida conta com o apoio de setores populares e entidades civis do campo progressista: a ideia de uma reforma tributária solidária. Defendida há anos por organizações como a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), a proposta foi materializada na Emenda 178, apresentada em 2019, no decorrer da tramitação da PEC 45. O texto é assinado pelas siglas PT, PCdoB, PDT, PSB, PSOL e Rede, partidos que, na época, jogavam na oposição.

A emenda propõe a implantação de um sistema tributário progressivo e de viés mais democrático na aplicação de impostos, o que vai na contramão do que se tem atualmente no país. Hoje o Brasil impõe altas taxas sobre o consumo e adota uma tabela de cobranças de tributos que aumenta as desigualdades ao tirar menos de quem mais tem e vice-versa.

“Nós temos um paquiderme tributário com uma estrutura tremendamente regressiva, que afeta principalmente o trabalhador de menor renda e a classe média em favor daqueles

que ganham muito mais, que, no que diz respeito à tributação sobre o consumo, pagam tanto recebendo um salário mínimo quanto recebendo 50 mil salários porque a despesa ou a carga tributária sobre os produtos ou serviços é a mesma,” comenta o presidente da Anfip, Vilson Antonio Romero.

Para tentar fortalecer o coro em torno da proposta, a Anfip tem travado diálogos com o secretário Bernard Appy e busca estabelecer uma ponte também com Reginaldo Lopes, que irá receber a entidade e outras organizações na próxima semana. A agenda irá reunir o chamado ‘Pacto de Brasília’, grupo que congrega as fiscalizações dos três níveis federativos e acompanha índices socioeconômicos do país, atuando em pautas de interesse público.

Romero observa que o cenário legislativo tem mostrado desafios para a gestão Lula mesmo em relação à reforma tributária, cuja necessidade é apontada por diferentes setores políticos e sociais. “Eu acredito que o governo ainda tenha que ter uma articulação maior com a sua base de apoio porque ele precisa de 308 votos em cada etapa de votação na Câmara e no Senado. São muitos atores disputando, quase uma briga de cachorro grande, e eu não sei como se vai ter harmonia para conseguir levar adiante.”

Para o presidente da Anfip, um dos primeiros desafios será traçar um horizonte mais definido para a tramitação da proposta ser aprovada no Congresso. “O governo tem batido cabeça. A Simone Tebet disse que pode ser até o fim do ano, o GT fala em 90 dias e, depois, tem a tramitação dentro das duas casas do Congresso, enquanto o Fernando Haddad queria até junho. Então, esse cenário ainda está muito nebuloso. Temos um pouco de ceticismo com a rapidez com que o governo está tentando desenvolver as coisas, mas vamos ver o que vai sair do grupo de trabalho.”

Edição: Vivian Virissimo

FONTE: BRASIL DE FATO

‘Dinheiro esquecido’: BC volta a abrir consulta para R\$ 6 bilhões ‘deixados’ nos bancos; entenda

O chamado Sistema de Valores a Receber (SVR) será reaberto em 7 de março



Dinheiro esquecido’: BC volta a abrir consulta para R\$ 6 bilhões ‘deixados’ nos bancos; entenda (Marcello Casal Jr/Agência Brasil)

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil / Estadão

A partir de amanhã, 28, às 10h, os cidadãos já poderão consultar se têm recursos “esquecidos” em instituições financeiras, informou o Banco Central. O chamado Sistema de Valores a Receber (SVR) será reaberto em 7 de março, também às 10h.

Segundo o BC, a segunda fase do SRV pode liberar até R\$ 6 bilhões na economia para 38 milhões de CPFs e 2 milhões de CNPJs. A nova fase também trará novidades, como a criação de uma sala de espera virtual e consulta de valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiros e testamentários.

Em relação ao tipo de recurso, a autarquia informa que, nesta fase, poderão ser recuperados valores referentes a contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas com saldo disponível, contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas com saldo disponível, assim como outros recursos disponíveis nas instituições para devolução.

Além disso, também poderão ser requisitados, como na primeira etapa do SVR, recursos referentes a contas corrente ou poupança encerradas com saldo disponível,

cotas de capital e rateio de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito; recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados, tarifas cobradas indevidamente e parcelas ou despesas de operações de crédito cobradas.

Com a inclusão de todos os tipos de valores previstos na regra do SVR, o BC espera ampliar a possibilidade e o montante a ser recebido pela sociedade.

O órgão alerta para golpes e reforça que o único site onde será possível fazer a consulta e saber como solicitar a devolução dos valores para pessoas jurídicas ou físicas, incluindo falecidas, é: <https://valoresareceber.bcb.gov.br>.

Veja abaixo as demais novidades da nova fase do SVR

- Inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR, ampliando a possibilidade e o montante a receber;
- Compartilhamento e impressão das telas e protocolos de solicitação do SVR, inclusive pelo WhatsApp, facilitando o acesso e guarda das informações do sistema;
- Sala de espera virtual para manter o SVR aberto por prazo indeterminado, com acesso sem agendamento;
- Consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro(a), testamentário(a), inventariante ou representante legal, informando os dados de contato da instituição responsável pelo valor e a faixa de valor;
- Mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares solicitar o valor via SVR, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações da solicitação: valor, data e CPF de quem solicitou.

Fonte: TERRA

Empresas têm até hoje para enviar informe de rendimento do IR 2023

Documento é necessário para a declaração do Imposto de Renda, que começa a ser entregue no dia 15 de março

ROBERTO GARDINALLI/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO-13/04/2022



Entrega da declaração neste ano será de 15 de março a 31 de maio

As empresas e as instituições financeiras têm até esta terça-feira (28) para enviar aos contribuintes os informes de rendimentos referentes ao ano de 2022. Neste ano, a entrega das declarações do Imposto de Renda 2023 começa em 15 de março e vai até o dia 31 de maio.

Segundo a Receita Federal, o empregador que deixar de fornecer o comprovante dentro do prazo ou fornecê-lo com inexatidão ficará sujeito ao pagamento de multa. Os dados podem ser entregues impressos ou disponibilizados eletronicamente.

Os documentos são essenciais para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, com as informações sobre o total dos rendimentos obtidos pelo trabalhador no ano passado e o Imposto de Renda retido na fonte no mesmo período.

Apesar de muitas empresas optarem pelo modo tradicional, os dados não precisam ser enviados pelos Correios. Os comprovantes

podem ser entregues por email, baixados na internet ou liberados em aplicativos para dispositivos móveis.

Além dos empregadores, os bancos e demais instituições financeiras são obrigados a fornecer os informes de rendimentos aos seus clientes, com dados sobre aplicações financeiras e saldo em conta. Operadoras de planos de saúde e instituições de ensino também devem fornecer as notas de valores recebidos de contribuintes, nesse caso, para fins de dedução do imposto de renda.

São documentos que permitem que a Receita Federal cruze informações e verifique se o contribuinte preencheu dados com erros ou sonegou impostos. Neles, constam os valores recebidos pela pessoa física bem como todos os impostos pagos durante o ano de exercício e as contribuições feitas ao Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS.

Os bancos e corretoras devem informar os valores de todas as contas-correntes e de todos os investimentos do contribuinte, enquanto o INSS deve informar os valores que foram recebidos pelo aposentado ou pensionista.

Neste ano, o acesso será ampliado à declaração pré-preenchida por meio de todas as plataformas disponíveis. Nessa modalidade, o contribuinte já inicia a declaração com várias informações úteis que facilitam o preenchimento, sem necessidade de digitá-las.

Empregados, autônomos, aposentados, pensionistas e outras pessoas físicas que recebam até dois salários mínimos (R\$ 2.640) não serão tributados pelo Imposto de Renda já a partir deste ano.

O que é preciso saber

A penalidade para quem entregar a declaração fora do prazo é de multa de 1% ao mês-calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do imposto devido apurado na declaração. O valor mínimo é de R\$ 165,74, e o valor máximo, de 20% do imposto sobre a renda devido.

Existem dois tipos de Imposto de Renda: para pessoa física e para jurídica. O IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física) é voltado para pessoas que precisam informar ao governo seus rendimentos. Já o IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) visa regularizar a situação das empresas, com informações das movimentações fiscais e contábeis do negócio.

O CRCSP (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo) orienta o contribuinte a se preparar com antecedência para evitar erros e riscos de cair na malha fina.

Como se preparar para fazer o Imposto de Renda

1. Organize os documentos necessários

Já separe e guarde documentos que serão imprescindíveis para o preenchimento, tais como: informes de rendimentos bancários e aplicações financeiras, recibos de despesas médicas e com educação, lista de aluguéis recebidos, dados dos dependentes, entre outros.

2. Fique atento aos critérios para fazer a declaração

Normalmente se exige a entrega de declaração quando há o recebimento de salários, aposentadoria ou pensão do INSS, pensão alimentícia, renda de aluguéis ou rendimentos como autônomo, entre outros, e a soma de todos esses rendimentos no ano anterior supera um valor-base específico. Preste muita atenção aos critérios que a Receita Federal vai disponibilizar, em breve, para a declaração 2023.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

3. Declare seus bens

No item “Bens e Direitos”, o contribuinte deverá declarar bens como veículos, imóveis, embarcações e terrenos. Nessa categoria, deve-se informar sobre ações e cotas de capital de empresas, negociadas ou não na Bolsa de Valores, investimentos e criptomoedas, entre outros.

4. Declaração completa ou simplificada

Na hora de escolher a forma de tributação do Imposto de Renda, o contribuinte tem duas opções: deduções legais, em que o imposto é calculado sobre os rendimentos totais, com a dedução das despesas informadas, ou desconto simplificado, em que as deduções não são consideradas e é aplicado um desconto-padrão de 20% sobre a renda tributável. Fique atento ao seu caso para verificar qual das opções gera um imposto menor ou uma restituição maior.

5. Procure ajuda especializada de seu contador de confiança

O primeiro passo para que não ocorram erros na declaração de Imposto de Renda é contar com o serviço de um profissional de contabilidade de confiança que possa dar a melhor consultoria sobre os principais pontos de dúvida.

Fonte: Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

FONTE: ECONOMIA | Do R7

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF